



**CÂMARA TÉCNICA ESPECIALIZADA  
DE POLÍTICAS DE ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS  
Ata da 1ª reunião, realizada em 30 de janeiro de 2017**

1 Em 30 de janeiro de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica  
2 Especializada de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas (CEM), na sede  
3 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
4 (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e  
5 suplentes: o presidente Rodrigo de Melo Teixeira e o presidente suplente Felipe  
6 Santos de Miranda Nunes, representantes da SEMAD. Representantes do poder  
7 público: Ana Cláudia Miranda Albanez, da Secretaria de Estado de Agricultura,  
8 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Daniel Rennó Tenenwurcel, da Secretaria  
9 de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino  
10 Superior (Sedectes); Mila Magalhães Ribeiro, da Secretaria de Estado de  
11 Planejamento e Gestão (Seplag); Miguel Victor Tavares Lopes, da Secretaria de  
12 Estado de Cidades e de Integração Regional (Secir). Representantes da  
13 sociedade civil: Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho, da Associação  
14 Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Adriana Maugeri e Igor  
15 Lopes Braga, da Associação Mineira de Silvicultura (AMS); Alexandre Valadares  
16 Mello e Breno Aguiar de Paula, da Federação das Indústrias do Estado de  
17 Minas Gerais (Fiemg); Gleyber Ferreira e Silva Carneiro e André Aroeira  
18 Pacheco, da Caritas Diocesana de Itabira; Fábio José Bianchetti, da Associação  
19 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Oswaldo Dehon Roque  
20 Reis e Grazielle Anjos Carvalho, do Conselho Regional de Engenharia e  
21 Agronomia (Crea). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**  
22 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O  
23 presidente Rodrigo de Melo Teixeira declarou aberta a 1ª reunião da Câmara  
24 Técnica Especializada de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas,  
25 manifestou sua satisfação em presidir a sessão e fez a apresentação da equipe  
26 do Sisema presente nesta reunião. Em seguida, os conselheiros se  
27 apresentaram informando o órgão ou entidade que representam e destacando  
28 sua formação e áreas de atuação. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E**  
29 **ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. **4) REGIMENTO INTERNO**  
30 **DO COPAM. Apresentação: SEMAD.** Bruno Malta, da Assessoria de Normas e  
31 Procedimentos da SEMAD, fez apresentação do Regimento Interno do COPAM,  
32 destacando as principais diretrizes para do funcionamento dos Colegiados. Ao  
33 fim da exposição, agradeceu a atenção de todos e se colocou à disposição dos  
34 conselheiros para eventuais esclarecimentos. **5) CÓDIGO DE ÉTICA.**  
35 **Apresentação: SEMAD.** Rosa Maria Cruz Laender Costa, servidora da SEMAD,  
36 fez exposição sobre o Código de Conduta Ética profissional dos agentes

37 públicos e da alta administração. Destacou a atuação do Conselho de Ética  
38 Pública, subordinado diretamente ao governo do Estado, e das Comissões de  
39 Ética de todos os órgãos da administração pública. No caso do Sisema,  
40 informou que são quatro comissões, sendo as Comissões de Ética do IEF, da  
41 FEAM, do IGAM e da SEMAD, cujos integrantes são indicados pelo dirigente  
42 máximo de cada Casa, e que o trabalho é realizado de maneira independente,  
43 atuando com denúncias fundamentadas, e de forma sigilosa. A representante da  
44 SEMAD explicou ainda, para orientação dos conselheiros, como é realizado o  
45 trabalho das Comissões de Ética, detalhando seu funcionamento, conceitos e  
46 forma de atuação. Ao término da exposição, se colocou à disposição para  
47 eventuais esclarecimentos. **6) PROPOSTA DE AGENDA ANUAL DAS  
48 REUNIÕES DA CÂMARA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE POLÍTICAS DE  
49 ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS (CEM) DO COPAM. Apresentação:  
50 SEMAD.** Aprovada por unanimidade a proposta de agenda anual de reuniões da  
51 Câmara Técnica Especializada de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas  
52 nos termos apresentados pela SEMAD, com previsão de sessões ordinárias  
53 sempre em uma segunda-feira, às 14h, nas seguintes datas: 20 de fevereiro, 27  
54 de março, 24 de abril, 22 de maio, 26 de junho, 24 de julho, 21 de agosto, 25 de  
55 setembro, 23 de outubro, 20 de novembro e 18 de dezembro. **7) PLANO DE  
56 ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS. Apresentação: FEAM.** Felipe Santos  
57 de Miranda Nunes, gerente de Energia e Mudanças Climáticas/FEAM,  
58 apresentou um resumo das ações realizadas até o momento relativas ao Plano  
59 de Energia e Mudanças Climáticas, detalhou a situação atual e o planejamento,  
60 ressaltando o objetivo de realizar conjuntamente com a CEM as discussões para  
61 auxiliar na formação de propostas para essa agenda. Em sua exposição, fez o  
62 seguinte destaque: “A primeira parte é um apanhado geral do Plano de Energia  
63 e Mudanças Climáticas, para um alinhamento, e ficamos à disposição para  
64 qualquer detalhe técnico, qualquer estimativa e um detalhamento que possa ser  
65 encaminhado aos conselheiros ou mesmo atendendo reuniões, quando formos  
66 chamados. A segunda parte vem com uma proposta da FEAM para o Estado de  
67 Minas Gerais assumir compromissos relacionados à mudança do clima, uma  
68 vez que o Brasil hoje já tem, firmadas e ratificadas pelo Congresso Nacional,  
69 metas específicas de redução de emissões de gases de efeito estufa e de  
70 adaptação às mudanças climáticas, que implicam em uma série de ações que  
71 estão em discussão no âmbito do governo federal, mas que, no nosso  
72 entendimento, não devem passar sem a discussão nos âmbitos estadual e  
73 municipal. Principalmente, dependendo de algumas agendas, como transporte,  
74 desmatamento, energia, dentre outros, que precisam, necessariamente, de uma  
75 discussão descentralizada.” Após a apresentação, o gerente da FEAM se  
76 colocou à disposição para eventuais esclarecimentos. Em seguida foram  
77 esclarecidos pontos destacados pelos conselheiros. **Debates.** **O conselheiro**  
78 **Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho** solicitou esclarecimentos sobre as  
79 metas estabelecidas pelo Estado para cumprimento do Plano e o nível de

80 compromissos no nível estadual. Felipe Santos de Miranda Nunes, gerente da  
81 FEAM: “Hoje, o Estado de Minas Gerais está em uma trajetória insuficiente em  
82 termos de políticas públicas para atender, minimamente, a instância federativa.  
83 Então, se nada for feito, nós vamos reduzir 25%, só que o Brasil está colocando  
84 que vai reduzir de 37 a 43%, de forma absoluta, até 2030. A revisão é  
85 necessária nesse sentido de compatibilização. Isso é o que temos hoje do Plano  
86 de Energia e Mudanças Climáticas. Existem outras metas e ações que são  
87 institucionais. Por exemplo, a Cemig pode ter o seu portfólio, a Copasa, dentre  
88 outras, até mesmo as corporações, como a Fiemg, que pode ter suas metas de  
89 redução de emissão de gases de efeito estufa. Porém, nós não temos ainda  
90 esse arcabouço que está compatível com a norma federal. Com relação às  
91 fontes renováveis de energia, temos um dado do balanço energético produzido  
92 pela Cemig, em parceria com a Fundação João Pinheiro. Ele mostra,  
93 claramente, que nós estamos tendo esse diferencial em relação ao mundo.  
94 Muitos outros locais têm 80% de fóssil e 20% de renovável ou até menos. E nós  
95 estamos mais ou menos com 50% e 50%. Só que o Estado de Minas Gerais  
96 cita, no seu PMDI e no seu PPAG, que vai ampliar a geração e a distribuição de  
97 energia renovável, mas não tem essa regulamentação, em termos de um  
98 compromisso estadual formalizado, além do Plano de Energia e Mudanças  
99 Climáticas. E é a nossa proposta, no próximo item de pauta, para ampliação  
100 disso. A meta do governo federal é chegar de 28% a 33% de energia renovável,  
101 fora energia hidráulica, em 2030. Então, considerando eólica, solar e biomassa  
102 – incluindo em biomassa biocombustíveis. O Estado de Minas Gerais tem um  
103 diferencial de biomassa, mas, por exemplo, hoje, em matéria de eólica e solar,  
104 as regiões do Nordeste estão tendo um crescimento muito mais acelerado do  
105 que o Estado. E nós temos a questão da siderurgia, o carvão vegetal, que  
106 também é um diferencial do Estado, mas também entra na biomassa, no  
107 biocombustível. O governo federal está trabalhando em compatibilizar o que  
108 cada Estado tem de metas e de compromisso de energia renovável para  
109 integrar na estratégia brasileira, que será reportada à ONU de dois em dois  
110 anos.” O conselheiro Rogério Pena Siqueira informou que participou de ações  
111 na Prefeitura de Belo Horizonte, tendo atuado como diretor da Superintendência  
112 de Limpeza Urbana (SLU) por duas vezes, onde foi implantando um projeto de  
113 geração de energia com gases de aterro sanitário, e se colocou à disposição da  
114 Câmara para contribuir nas discussões. O conselheiro questionou o que foi  
115 considerado em termos de crescimento econômico no Plano, avaliando que isso  
116 afetará a curva, e se existem resultados nesse sentido. “Em que posição  
117 estamos em termos de emissão em relação ao que estava previsto?”  
118 Questionou ainda sobre o programa Minas sem Lixão e solicitou que fossem  
119 apresentados à Câmara, posteriormente, os resultados e em que situação o  
120 Estado se encontra em relação aos lixões. Felipe Santos de Miranda Nunes,  
121 gerente da FEAM, esclareceu que os cenários de crescimento foram um ponto  
122 de atenção na elaboração do Plano. “Nós projetamos a série histórica para que

123 tenhamos uma visualização de um resultado alternativo para acompanhar.  
124 Então, não é tão otimista como a primeira proposta de Copenhague brasileira,  
125 mas, ao mesmo tempo, hoje, se pegarmos esses efeitos, nós vamos agora  
126 finalizar a contratação de um estudo específico para fazer a revisão dessa  
127 modelagem, desses cenários, uma vez que foram feitos em 2013. E agora nós  
128 vamos projetar isso de uma forma diferente e comparar os resultados. Uma vez  
129 implementado esse projeto, nós vamos trazer os resultados aqui.” O gerente da  
130 FEAM convidou a todos para acessar o site da FEAM, no qual foi atualizado  
131 recentemente o inventário de gases de efeito estufa e feita retrospectiva de  
132 2005 a 2014. “O que eu posso dizer é que, apesar da crise, nós estamos  
133 aumentando nossas emissões. Realmente, é uma crise, em termos de PIB,  
134 muito impactante. E em uma visão pré-Copenhague, de crescimento econômico,  
135 que está totalmente ligado às emissões de gases de efeito estufa, era de se  
136 esperar uma grande queda. O que não ocorre. É claro que existe uma  
137 atenuação, mas nós estamos aumentando as nossas emissões e estamos na  
138 contramão da proposta brasileira.” Quanto ao programa Minas sem Lixões,  
139 Felipe Santos de Miranda Nunes se comprometeu a informar os dados,  
140 posteriormente, mas antecipou que as emissões do setor de resíduos chegam a  
141 aproximadamente 5% do Estado de Minas Gerais. “O programa é um  
142 diferencial, e nós consideramos que a parte de resíduos é uma grande agenda  
143 para se trabalhar, principalmente, a eficiência de usos dos recursos naturais,  
144 eficiência energética, biogás. Porém, em termos do total do Estado, o setor de  
145 resíduos representa 5% hoje.” A conselheira Adriana Maugeri: “Eu concordo  
146 com você. Eu acho que nós vamos conseguir maiores sucesso quando  
147 tivermos, realmente, uma política, porque aí vamos ter o modo como nós vamos  
148 avançar. Dito isso, uma preocupação que nós temos no setor de silvicultura, de  
149 florestas plantadas, e até um compromisso assumido pelo governo federal, do  
150 plantio de 12 milhões de hectares até 2025. É uma meta arrojadíssima. Hoje, no  
151 Brasil, nós temos quase 8 milhões de hectares plantados em toda a sua história  
152 de silvicultura. E até 2025 mais 12 milhões. Obviamente, entre espécies naturais  
153 e exóticas. Acontece que nós entendemos que Minas, hoje, sendo o maior  
154 produtor de florestas do Brasil, esses 12 milhões não têm como não passar, em  
155 sua grande maioria, pelo nosso Estado. Então, é uma preocupação nossa,  
156 nessa fase de atualização mesmo do Plano, de como nós vamos conseguir  
157 contribuir, efetivamente, para esse compromisso nacional.” A conselheira  
158 informou ainda que recebeu hoje, da Câmara de Florestas do Ministério da  
159 Agricultura, um e-mail comunicando que o Ministério de Meio Ambiente colocou  
160 em consulta pública, até 15 de março, a construção de uma estratégica para  
161 implementação do compromisso assumido na COP. “Estão fazendo um  
162 documento que vai subsidiar a implantação dessa estratégica. Está em consulta  
163 pública, e esse documento está sendo dividido em seis setores: biocombustível,  
164 setor florestal, setor elétrico, agropecuária, transporte e indústria.” Informou que  
165 esse processo está no site do Ministério de Meio Ambiente e registrou sugestão

166 para que esta Câmara Técnica Especializada de Políticas de Energia e  
167 Mudanças Climáticas também promova discussões no sentido de contribuir com  
168 a consulta pública. Felipe Santos de Miranda Nunes, gerente da FEAM: “Nós  
169 fizemos uma análise preliminar, mas é chave a questão do passivo florestal  
170 trazido para a questão da implementação dessa meta. Só no Estado de Minas  
171 Gerais, há uma estimativa por volta de 2 milhões de hectares de passivo a ser  
172 recuperado ou restaurado, que vai até 50% de exóticas, dada a questão  
173 também do bioma. Então, 2 milhões de hectares, de 12 milhões, faz um pouco  
174 de sentido. A questão é que os preços estão em uma inflexão na questão do  
175 setor florestal e siderúrgico e também tem a oferta de nativas para isso e  
176 sistemas de integração lavoura, pecuária, florestas, sistema agroflorestais. E  
177 colocar o produtor rural para pagar essa conta vai ser difícil. Então, alguns  
178 mecanismos terão que ser colocados, financeiros, inclusive, creditícios, para  
179 que essa implementação do Código Florestal resulte nesses 12 milhões de  
180 hectares. No âmbito do Plano de Energia e Mudanças Climáticas, o que nós  
181 temos hoje é incentivo às florestas plantadas, principalmente à questão ligada à  
182 siderurgia. Agora estamos atualizando e monitorando para fazer com que essa  
183 ligação se dê no âmbito do Programa de Regularização Ambiental do Código  
184 Florestal. Vemos uma grande oportunidade para Minas Gerais incentivar uma  
185 cadeia florestal com entrega significativa para atender esses 12 milhões. Porém,  
186 isso precisa ser estruturado em uma política estadual.” Conselheira Adriana  
187 Maugeri: “Eu acho que, além da restauração, perpassa também a cadeia  
188 produtiva, o estímulo a novos segmentos. Eu também reforço a questão da  
189 biomassa, as florestas energéticas, assunto que está muito em discussão em  
190 nível federal, e Minas não pode ficar de fora, até para aproveitarmos esse  
191 maciço florestal disponível no mercado hoje dando novos usos para aquele que  
192 está destinado ao carvão. E sem dúvida estimulando também novos plantios. Aí  
193 perpassa por várias discussões, e a principal, que não sai da cabeça do  
194 produtor, é o licenciamento ambiental.” O conselheiro Gleyber Ferreira e Silva  
195 Carneiro questionou sobre metas para a biodiversidade e a prioridade para  
196 reflorestamento, destacando seus impactos. Questionou sobre incentivos e  
197 incremento econômico e como vai ser feito o incentivo ao setor florestal, se há  
198 alguma estratégia para utilização de áreas já degradadas para inventivo da  
199 agrofloresta. Felipe Santos de Miranda Nunes, gerente da FEAM: “Tem um setor  
200 específico para adaptação de recursos naturais. Não temos metas específicas  
201 dentro do Plano de Mudanças Climáticas para a biodiversidade, e também não  
202 nos compete. Nós trabalhamos é a vulnerabilidade como um todo, e a  
203 biodiversidade é um dos eixos. Então, nós criamos o Índice Mineiro de  
204 Vulnerabilidade Climática, que está disponível no site também e tem uma série  
205 de indicadores, como por exemplo cobertura de mata nativa, questões  
206 relacionadas também, indiretamente, a recursos hídricos, que vão afetar a  
207 biodiversidade. O Brasil já assinou alguns tratados para biodiversidade, mas no  
208 Plano tratamos dentro da questão da redução da vulnerabilidade. Como o nosso

209 entendimento é de valorização do capital natural, nós entendemos que os  
210 recursos públicos precisam ser priorizados e canalizados para investimentos,  
211 por exemplo, na recuperação de áreas degradadas e no fortalecimento do  
212 capital natural como um todo. Quanto a incentivos e mecanismos, não temos  
213 ainda específicos para valorização da biodiversidade exposta, em risco, com a  
214 mudança do clima. Tem algumas questões relacionadas a ICMS Ecológico, mas  
215 não são tratadas em termos de metas aqui. Mas na questão relacionadas à  
216 biodiversidade nós já fizemos um estudo que mostra que Minas Gerais tem  
217 algumas faixas territoriais bastante vulneráveis. Elas coincidem com algumas  
218 regiões de vulnerabilidade alta, e já temos contabilizadas algumas diretrizes  
219 para setores específicos, mas também para regiões específicas. Quanto a essa  
220 questão de derrubar nativa para colocar agrofloresta, não faz sentido tanto em  
221 termos de capital natural quanto em termos de carbono. Nós temos como meta  
222 no nosso cronograma fazer um estudo e definir as áreas prioritárias para  
223 recuperação de áreas degradadas no Estado, a ser entregue em setembro o  
224 outubro, em que buscamos priorizar essas áreas que precisam ter investimento  
225 em capital natural, mas também a questão legal. Para isso nós precisamos, no  
226 âmbito estadual, regularizar o Programa de Regularização Ambiental. Uma das  
227 questões que nós visamos é entregar um mapa do Estado com as áreas  
228 prioritárias onde podem ser feitas essa recuperação e essa restauração por  
229 meio de plantios de nativas e exóticas.” O conselheiro Oswaldo Dehon Roque  
230 Reis questionou como funciona a articulação no Plano mineiro entre aquilo que  
231 ocorre no plano doméstico internacional no que diz respeito às questões  
232 técnicas. E registrou ainda o seguinte pedido de esclarecimentos: “Um ponto  
233 que nos chamou bastante atenção é que parte importante dessa agenda tem a  
234 ver com uma agenda internacional dos Objetivos de Desenvolvimento  
235 Sustentável (ODS). E alguns dos pontos mais importantes de ODS têm a ver  
236 com o nosso trabalho profissional, nós engenheiros, técnicos e tecnólogos,  
237 geógrafos e tantos outros que aqui estão representados. Têm a ver com as  
238 estruturas mais resilientes e com as questões que dizem respeito a habitação  
239 humana. Eu queria entender um pouco melhor isso, no caso para Minas Gerais,  
240 porque a impressão que nós temos é de que é preciso fazer uma alteração no  
241 médio prazo no que diz respeito à própria formação dos profissionais dessa área  
242 no intuito de poder desenvolver projetos e estruturas mais resilientes, tendo em  
243 vista as possibilidades de mudanças climáticas e o drama humano que isso  
244 pode representar no nosso Estado e no país.” Felipe Santos de Miranda Nunes,  
245 gerente da FEAM: “Com relação à agenda internacional, Minas Gerais tem uma  
246 trajetória de sorte, porque é a nossa cooperação internacional com a França que  
247 nos permitiu avançar no Plano de Energia e Mudanças Climáticas, tanto em  
248 termos de captação de recursos, mas também tivemos acesso às discussões  
249 sobre cooperação descentralizada, que é muito forte hoje na Europa. Nós  
250 tivemos o prazer de cooperar com a Ademi e a região de Nord-Pas-de-Calais.  
251 Nós tivemos acesso tanto a questões no âmbito internacional. No Acordo de

252 Paris, por exemplo, nós fomos convidados pela França a apresentarmos o Plano  
253 de Energia e Mudanças Climáticas, que foi colocado como um caso de sucesso  
254 de cooperação descentralizada. A cooperação descentralizada hoje tem espaço  
255 dentro do Acordo de Paris. Então, Minas Gerais hoje pode captar recursos  
256 internacionais para entregar reduções de emissões e de vulnerabilidade no  
257 Estado. Claro que isso é uma relação de poder, o Congresso Nacional não vai  
258 gostar de reportarmos diretamente isso a organismos internacionais. Mas já há  
259 essa abertura, que não existia antes da COP-21, de forma clara no acordo.  
260 Então, nós já temos hoje mecanismo, por exemplo, para captar recursos, e já  
261 estamos captando. É claro que precisamos captar muito mais. Hoje, nós  
262 captamos cerca de 1,5 milhão de euros, o que não é nada para trabalhar a  
263 magnitude disso. Mas temos a cooperação com a Ademi, com essa região da  
264 França, e agora nosso objetivo é, no âmbito dessa cooperação, instalar no  
265 Estado de Minas Gerais um observatório de clima e energia. Seria um  
266 organismo que seria trabalhado dentro da FEAM, mas com parceiros, para  
267 trabalhar todas as informações necessárias para desenvolvimento de uma  
268 economia de baixo carbono, entregando metas a serem custeadas com  
269 pagamento por resultados. Essa modalidade que entrou no Acordo de Paris. Se  
270 comprovamos que reduzimos emissões, nós recebemos dinheiro para isso. Já  
271 tem um fundo criado com a perspectiva de 100 bilhões anuais. Isso ainda  
272 precisa ser analisado via efeito Trump e outras questões em ebulição no âmbito  
273 internacional. Mas nós entendemos que é uma agenda sem volta. Por exemplo,  
274 a indústria de energia renovável hoje está empregando mais no próprio Estados  
275 Unidos do que a energia fóssil. E no Estado de Minas Gerais o nosso estudo  
276 mostrou que o potencial de energia renovável é três vezes o consumo atual, já  
277 economicamente viável. Eu acredito que essa turbulência é normal dentro de  
278 diferentes perspectivas internacionais, mas acredito que é uma agenda sem  
279 volta. Na questão da cooperação descentralizada, eu acho que Minas Gerais  
280 está bem posicionado, porque conseguiu acessar os documentos internacionais  
281 no Acordo de Paris, mas também achou a sua brecha via outros mecanismos  
282 que podem nos auxiliar a captar recursos e fazer bons projetos. Com relação à  
283 perspectiva também dos objetivos do desenvolvimento sustentável, nós fizemos  
284 uma análise preliminar de quais ações do Plano pegariam ou pelo menos teriam  
285 uma ligação mais direta e indireta com os ODS. Mas é clara e evidente a  
286 sinergia, não em todos, mas em sua grande parte. Existe um objetivo específico,  
287 que é reduzir emissões, mas existem vários indiretos, como trabalhar a  
288 resiliência, a questão de danos, sejam sociais, tecnológicos e também humanos,  
289 de perdas humanas. Então, essa agenda da ONU está em ligação direta com a  
290 agenda do Acordo de Paris. Só que agora nós precisamos detalhar melhor  
291 como essas metas dos ODS vão significar em termos de redução de emissões e  
292 de redução de vulnerabilidade. Com relação à especificidade dessa agenda de  
293 objetivos de desenvolvimento sustentável, o governo do Estado se propôs a  
294 fazer o seu PPAG e suas propostas no âmbito desses objetivos, e já foram

295 selecionados alguns objetivos, e falta agora esse detalhamento mais técnico.  
296 Mas há uma grande sinergia, e a nossa preocupação maior é transformar essa  
297 energia em oportunidade de captação de recursos, via agências internacionais,  
298 principalmente.” Gustavo Bernardino Malacco da Silva, membro da plateia:  
299 “Aproveitando que nós também estamos na Câmara de Proteção da  
300 Biodiversidade e também na Câmara de Infraestrutura de Energia, esse assunto  
301 nos interessa muito. Não é um questionamento, mas chamar à lógica, forçar o  
302 papel estratégico desta Câmara. Boa parte das outras Câmaras fica dentro do  
303 licenciamento, e esta é uma Câmara em que realmente nós discutimos  
304 programaticamente um assunto que atinge a economia, a biodiversidade e as  
305 pessoas. Eu acho que você entrou em um ponto muito importante, que é a falta  
306 da política estadual, porque há um descompasso total entre realmente o que  
307 Minas e a União vêm apresentando, dentro do processo de licenciamento que  
308 nós acompanhamos. Porque quando se fala em recuperar 2 milhões de  
309 hectares – um número ainda a ser balizado – nós continuamos com uma meta  
310 de desmatamento muito alta no Estado, seja no Cerrado, na Mata Atlântica ou  
311 na Caatinga. Basta ver – quem acompanha as Câmaras Técnicas – as AAFs de  
312 desmatamento no Norte de Minas, principalmente. Já teve reunião em  
313 conseguimos acompanhar 3 mil, 4 mil, 5 mil hectares em uma reunião. Então,  
314 falta sintonia dentro do governo, dentro de suas Secretarias, especialmente, de  
315 energia, agropecuária, transportes e indústria. Eu acho que tem que ser  
316 chamada a atenção. Essa discussão de hidráulica, nós precisamos debater com  
317 profundidade. E a questão da biodiversidade é interessante. Existem  
318 modelagens que deixam bem claro o papel fundamental hoje na conservação,  
319 por exemplo, de animais campestres. Boa parte das unidades de conservação  
320 no norte do país, pelas modelagens, não são áreas mais propícias para  
321 conservação das espécies. E são as áreas onde, nos últimos anos, o governo  
322 colocou muitas unidades de conservação. Pelos cenários, quais são as áreas  
323 aptas? Justamente, no Sudeste. E são as áreas que estão tendo, também nos  
324 últimos anos, uma grande intensificação de conversão de área. Basta ver a  
325 questão de eucalipto. Nós vemos muitos processos de eucalipto suprimindo  
326 áreas de campos naturais. Nós deixamos de compatibilizar isso também.  
327 Achamos que floresta é árvore e ponto final. E esses arbustos e campos que  
328 têm uma conexão direta com as mudanças climáticas têm sido negligenciados  
329 no Estado. Então, eu só queria deixar esse recado, um pouquinho da  
330 experiência que nós temos. E chamar atenção, especialmente, à questão do  
331 desmatamento.” **8) COMPROMISSOS ESTADUAIS SOBRE MUDANÇAS**  
332 **CLIMÁTICAS. Apresentação: FEAM.** Felipe Santos de Miranda Nunes, gerente  
333 de Energia e Mudanças Climáticas/FEAM, fez apresentação sobre os  
334 compromissos estaduais de mudanças climáticas. “Eu quero deixar claro para  
335 os senhores que, pelo menos da parte da base que é estudada na Fundação  
336 Estadual do Meio Ambiente, a imposição ou colocação de uma meta estadual  
337 está longe de ser um obstáculo ou desafio a ser colocado economicamente. É



338 uma oportunidade, primeiro, para nos alinharmos com o governo federal naquilo  
339 que foi colocado. Segundo, é uma necessidade urgente, colocada pelo Painel  
340 Intergovernamental de Mudança do Clima, de reversão dessas curvas de  
341 crescimento de emissões. E por fim nós vemos uma grande oportunidade de  
342 captação de recursos internacionais e articulação governamental dentro do  
343 Estado. Essa é a perspectiva da FEAM e, necessariamente, reflete nos  
344 compromissos que nós propusemos ao Comitê Político do Plano de Energia e  
345 Mudanças Climáticas, que aqui gostaríamos de apresentar para que possamos  
346 debater e receber as contribuições. Isso ainda será matéria de apresentação e  
347 discussão no Comitê Político, nada está fechado. E acreditamos que com uma  
348 discussão mais aprofundada, nesta Câmara, nós temos mais chances de  
349 aprovar bons compromissos.” Após essa introdução ao tema, o gerente da  
350 FEAM detalhou as propostas de compromissos e fez um relato do histórico das  
351 discussões e contribuições recebidas. **Debates.** **O conselheiro Rogério Pena**  
352 **Siqueira** solicitou que as propostas de compromissos fossem encaminhadas por  
353 e-mail, aos conselheiros, e sugeriu que essa discussão seja pautada na próxima  
354 reunião da CEM para os conselheiros terem oportunidade de estudar melhor e  
355 debater na próxima reunião. O conselheiro ainda registrou a seguinte  
356 manifestação: “Eu acho que nós vivemos no mundo um paradigma e contamos  
357 uma mentira para nós mesmos. O ser humano busca muito o autoengano, e as  
358 políticas climáticas têm sido isso no mundo até então. Aumentar dois graus é  
359 um risco total. Se pensarmos direito, é um grande risco para a humanidade, e  
360 vai colocar à devastação diversos países. Nós já sabemos das questões dos  
361 impactos. E o ser humano está sempre se autoenganando. E quando discutimos  
362 crescimento econômico, há um grande paradigma. O mundo só tem foco nisso.  
363 Sendo que se podia, através da discussão ambiental, discutir a distribuição de  
364 riqueza. Ou seja, através de políticas ambientais, a discussão da distribuição de  
365 riquezas ao invés do sempre crescimento, crescimento, crescimento. Sabemos  
366 que se o chinês passar a consumir como o americano não tem recurso para  
367 isso. Eu vejo muito pouca ação, inclusive, na política estadual. E aí eu vou levar  
368 para uma questão, que é daqui da FEAM, que é nossa: o licenciamento  
369 ambiental. Eu não sou contra o licenciamento ambiental, de forma nenhuma. Eu  
370 acho necessário e importantíssimo, mas acho que o Estado não faz, porque não  
371 tem estrutura para o licenciamento ambiental. Então, um empreendedor que  
372 vem investir, por exemplo, em energia renovável em Minas Gerais tende, em  
373 certo caminho, a desistir. Ou seja, projetos ambientais importantes para Minas  
374 Gerais podem vir a ser perdidos porque o Estado propõe uma coisa e está muito  
375 bonito no papel, mas na hora que eu venho com dinheiro para implantar meu  
376 projeto aqui eu vou demorar um ano e meio, para receber, talvez, um ‘não’. Que  
377 investidor consegue segurar um negócio desse? Eu estou colocando essa  
378 discussão aqui porque ela é nossa. Eu sei que vocês do Sistema sofrem  
379 totalmente com isso, mas é uma discussão que nós temos que fazer. E já que é  
380 precário, já que não temos estrutura, nós temos que pensar nos projetos

381 importantes nessa área aqui e dar a eles agilidade e estrutura, nem que seja  
382 para esses projetos de interesse de Minas Gerais e da nossa política ambiental.  
383 Eu acho nossas metas pouco ousadas, mas quero estudar, ler e propor. Eu  
384 acho que a Cemig, por exemplo, é uma empresa de Minas, uma empresa de  
385 energia, mas atrasa os projetos de energia renovável no Brasil. A Cemig faz  
386 dumping com os pequenos. Isso é um grande problema. Ela tem projetos de  
387 energia renovável, mas são mais marketing do que realidade. Ela podia fazer  
388 muito mais, não intervindo no mercado de outras formas. E outras formas que  
389 estou falando são dumping. Eu acho que na questão de energia sem incentivo,  
390 como na Europa, ou sem mercado diferenciado pelo menos, como na Europa,  
391 nós não vamos chegar a lugar nenhum. Ou seja, não se vai conseguir viabilizar  
392 as coisas. E acho que isso tem que ser pensado e tratado já com ações que  
393 podem sair daqui, propostas daqui que cheguem até a Assembleia. Eu sei que  
394 depende desse caminho todo, mas sei também que interesses contrários  
395 atrapalham muito a questão ambiental, a questão de mudança climática.” Felipe  
396 Santos de Miranda Nunes, gerente da FEAM, reiterou que a equipe técnica não  
397 irá se furtar a discutir nenhum assunto que seja colocado como obstáculo ou  
398 impedimento ao aprimoramento, para se atingir as metas colocadas, inclusive,  
399 licenciamento ambiental e questões de mercado. E reforçou que a proposta é de  
400 contar com a participação da Câmara, até para eventual necessidade de revisão  
401 das metas. O conselheiro Rogério Pena Siqueira comentou ainda que a  
402 composição do Comitê Político deveria ter maior participação social. Felipe  
403 Santos de Miranda Nunes, gerente da FEAM, afirmou que poderá ser  
404 encaminhada pela CEM uma proposta para a nova composição do Comitê  
405 Político e destacou que a Câmara está aberta para fazer essa discussão e  
406 encaminhar ao Comitê Político. O subsecretário de Regularização Ambiental,  
407 Anderson Silva de Aguiar, fez explanação sobre alterações no licenciamento  
408 ambiental no Estado resgatando o histórico recente, com destaque para as  
409 ações da Força-Tarefa instalada em 2015, que buscou identificar quais eram os  
410 gargalos e os empecilhos que existiam para a promoção do desenvolvimento  
411 econômico e também sustentável. Destacou que desse trabalho saíram vários  
412 indicadores de que se precisavam promover mudanças e que essas mudanças  
413 vêm acontecendo agora, principalmente, no ano de 2016, para promover uma  
414 gestão administrativa, com base no que se tinha naquele momento, e uma  
415 alteração no marco regulatório. “Em resumo, o que tudo isso traz é uma  
416 proposta de agilidade ao licenciamento ambiental, prevendo até, para alguns  
417 empreendimentos, classificados como 3 e 4, uma fase única de licenciamento.  
418 Mas as mudanças no marco regulatório não podem parar por aí, nós  
419 precisamos, na verdade, reinventar o processo de licenciamento ambiental e  
420 trazê-lo para a atualidade. A atualidade do modelo econômico, das normas,  
421 tanto estaduais como nacionais e também internacionais. Adequar todas essas  
422 experiências que os outros Estados já têm. As próprias Câmaras Técnicas já  
423 trazem essa inovação do marco regulatório. Nós temos oportunidade de sentar

424 aqui hoje e discutir uma temática apropriada ao Conselho, o que já é um grande  
425 avanço que o Estado promove em relação às várias temáticas e ao próprio  
426 licenciamento ambiental.” O conselheiro Rogério Pena Siqueira considerou a  
427 necessidade de investimento do Estado nas equipes técnicas, inclusive, dos  
428 municípios para que as ações propostas possam realmente ser concretizadas. A  
429 conselheira Mila Magalhães Ribeiro questionou se já existe alguma proposta de  
430 redução de gás carbônico nos prédios públicos. Felipe Santos de Miranda  
431 Nunes, gerente da FEAM, informou que nas propostas apresentadas existem  
432 ações específicas para “construções sustentáveis” e questões relacionadas à  
433 eficiência energética e que será regulamentada uma proposta mais ampla por  
434 meio de Decreto Estadual. O conselheiro Daniel Rennó Tenenwurcel destacou  
435 que já existe no Estado o planejamento de uma ação inicial, que está em  
436 elaboração, com estimativa de início de execução até o final do ano, para levar  
437 a eficiência energética e a geração distribuída a escolas estaduais, e que  
438 poderá ser apresentado à Câmara, posteriormente. A conselheira Adriana  
439 Maugeri avaliou que o governo deveria pensar também no estímulo às  
440 oportunidades setoriais e lembrou que foi muito discutido durante a elaboração  
441 do Plano sobre selos de energia verde e outros atrativos. Reforçou que para o  
442 estabelecimento das metas e compromissos setoriais é imprescindível que seja  
443 definida a política do Estado. Felipe Santos de Miranda Nunes, gerente da  
444 FEAM, prestou esclarecimentos em relação às ações para o monitoramento  
445 setorial e comentou sobre outros aspectos do Plano que contemplam, inclusive,  
446 melhorias a serem encaminhadas ao Comitê Político. Esclareceu que já existe  
447 uma formatação da proposta de Política Estadual e que a intenção é  
448 encaminhar o mais rápido possível à Assembleia Legislativa, mas ponderou que  
449 o Executivo também pode atuar por meio de decreto. Quanto às oportunidades,  
450 comentou sobre os estudos para criação de incentivos econômicos e financeiros  
451 para atrair investimentos privados e destacou ainda a captação de investimentos  
452 de fundos internacionais e nacionais. O conselheiro Gleyber Ferreira e Silva  
453 Carneiro: “A minha visão é que existe um conjunto de forças que atuam dentro  
454 da sociedade, e as atuais forças predominantes não são favoráveis à  
455 implementação dessas metas. Pelo que você mesmo já trouxe de que mesmo  
456 com a crise aumentaram o desmatamento e as emissões. Eu vejo que temos  
457 que trabalhar as bases da formação da educação, e não só a educação formal,  
458 mas a educação informal dos empreendedores. Então, incentivos, fomentos de  
459 negócios que vão na mão exatamente da redução dessas emissões ou qualquer  
460 tipo de incentivo também do governo para esses empreendimentos. Para que  
461 essas forças que têm consciência da necessidade da redução dos impactos  
462 possam se fortalecer. A atual flexibilização do licenciamento que o governo quer  
463 criar, de certa forma, é necessária porque o governo não investe na estrutura  
464 suficiente, que dê conta de toda essa demanda, mas ao mesmo tempo os  
465 municípios não estão capacitados. Se não trabalharmos as bases em termos  
466 estratégicos, de fortalecer os agentes que vão ao objetivo dessas metas, nós

467 não vamos ter resultados satisfatórios. Outro ponto muito importante que eu vejo  
468 é que é necessário trabalhar a integração entre as Câmaras e as Secretarias. É  
469 importante ter esse diálogo com as outras Câmaras Técnicas. Promover esse  
470 debate é fundamental. E com relação ao papel desse Comitê Político, na atual  
471 estrutura, ele também não se apresenta muito favorável para que esses  
472 objetivos sejam cumpridos, uma vez que só tem representantes do poder  
473 público e de pessoas com interesses específicos. Eu não vi nenhuma  
474 universidade, nenhuma organização não governamental, nenhuma  
475 representação que pudesse enriquecer os debates. E na outra ponta eu vejo  
476 que o que você colocou a respeito do papel da Câmara, ela pode, sim, muito  
477 contribuir. A partir do momento em que aprovarmos moções colocando  
478 exatamente se o governo está cumprindo ou não. Porque essas moções se  
479 tornam públicas, e a mídia pode ter acesso. Então, seria uma certa pressão  
480 política para que o governo mudasse de atitude. Fica a minha sugestão em  
481 termos de buscarmos sempre o diálogo em primeiro lugar, trabalhar a questão  
482 da conscientização, buscar investimentos para essas ações, seja seminários,  
483 congressos, encontros, fóruns, que possam apresentar esses resultados e  
484 diferentes iniciativas que são favoráveis à redução das emissões de mudanças  
485 climáticas. E outro ponto é exatamente a questão das moções, de esses  
486 resultados serem aprovados, e nós colocarmos se estão indo no sentido ou não,  
487 a Câmara se manifestando.” Felipe Santos de Miranda Nunes, gerente da  
488 FEAM, informou que foi criado um grupo de trabalho de educação e  
489 comunicação para uma abordagem não só setorial. “Vamos ampliar essa  
490 discussão e acreditamos ser fundamental esse grupo de trabalho para permear  
491 essa visão de médio e longo prazos, mas as ações de curto prazo também  
492 devem ocorrer dada a urgência.” Quanto à integração e articulação, destacou  
493 que trata-se de um ponto chave, mas apontou as dificuldades. “O objetivo é  
494 colocar todo mundo na mesa, e de certa forma a FEAM faz um trabalho de  
495 gestão de interesses, conduzindo para um objetivo comum. Por isso estamos  
496 chamando de concertação.” Citou que atualmente são seis grupos de trabalho  
497 institucionais, que são feitas oficinas setoriais com os governos municipais nos  
498 17 territórios e que há o planejamento para mais oito oficinas territoriais. “Essa  
499 articulação é fundamental, mas é uma parte que depende muito dessa questão  
500 de saber fazer política pública.” Quanto ao Comitê Político, esclareceu que foi  
501 formado para tomada de decisão governamental dentro de um modelo que foi  
502 adaptado ao modelo francês. “O Comitê Político precisa ser fortalecido, mas é  
503 fundamental para a tomada de decisão governamental. Mas não deve ser a  
504 única instância. Achamos importante discutir nas oficinas territoriais e com o  
505 cidadão e os governos municipais.” Conselheiro Oswaldo Dehon Roque Reis:  
506 “Eu estive presente na reunião da Câmara Normativa e Recursal e pude  
507 observar o esforço da SEMAD, do governo do Estado em poder aprovar e  
508 implementar uma agenda de descentralização das ações ligadas. É aquilo que o  
509 secretário acaba de dizer, de licenciamento ambiental. É muito importante. O

510 Crea participa não só nessas duas Câmaras, mas em todas as Câmaras e em  
511 todas as URCs do COPAM, e a nossa ação é debatida, não é uma ação que diz  
512 respeito, exclusivamente, à presença de cada um dos conselheiros. Todo  
513 debate acerca da formulação e do monitoramento da política, pelo menos no  
514 nível a que conseguimos chegar, o Crea tem se proposto a poder fazer. E há um  
515 ponto aqui que me chama bastante atenção, que é uma certa desconexão da  
516 agenda de mudanças climáticas e de economia verde com a agenda de  
517 licenciamento ambiental. Chama bastante atenção o fato de que as propostas  
518 não vêm juntas. Chama muito a atenção o fato de que o governo estadual e a  
519 SEMAD não tenham compreendido que, do ponto de vista do financiamento dos  
520 municípios no que diz respeito a poder ampliar suas responsabilidades em  
521 licenciamento ambiental, é necessário discutirmos com a sociedade que o  
522 licenciamento nos municípios reduz as emissões. E isso é algo muito  
523 importante, inclusive, para o financiamento. Se nós conseguirmos estabelecer  
524 os incentivos adequados para que os municípios assumam... Porque da forma  
525 que nós observamos na CNR os municípios vão ter uma agenda muito próxima  
526 à rejeição, neste período inicial. Porque, afinal de contas, todo o debate a  
527 respeito da montagem das suas equipes chega no momento de vale das  
528 finanças públicas, não só no governo estadual, mas nas principais prefeituras no  
529 Estado de Minas Gerais. Então, para que nós possamos articular recursos  
530 novos e para que possamos sensibilizar a partir de uma grande agenda, a  
531 impressão que eu tenho é que é preciso pensar isso que o Felipe está  
532 apresentando aqui com o debate que tem a ver com as propostas de mudanças  
533 para o licenciamento ambiental novo. Porque, afinal de contas, se conseguirmos  
534 fazer com que todos os profissionais, todos aqueles envolvidos, da área social,  
535 da área técnica, da área jurídica, de todas as outras áreas envolvidas no  
536 licenciamento, se todos conseguirem apresentar esse tipo de proposta, nós  
537 reduzimos um pouco aquilo que você acaba de dizer e que tem toda razão. É  
538 muito comum observarmos os debates no que diz respeito às questões da  
539 política de meio ambiente acontecerem em um ambiente bastante progressista,  
540 e os resultados serem bastante conservadores. Exatamente por isso. Porque às  
541 vezes não conseguimos entender que, para a aproximação das agendas dos  
542 atores – aí é importante dizer, no caso, do Comitê Político – não são só as  
543 instituições que aqui estão. Muitas delas técnicas, muitas delas representativas  
544 que não estão presentes. Os grupos de interesses não estão presentes.  
545 Aqueles que vão fazer com que esses programas sejam implementados ou não,  
546 a indústria, o setor agrário em Minas Gerais, o setor de serviços, que tem tanta  
547 contribuição nesse tipo de área, não fazendo parte, não se sentem acolhidos  
548 não só nas suas demandas, mas, eventualmente, em função de determinados  
549 detalhes, pode-se colocar em uma agenda negativa em relação a coisas tão  
550 relevantes quanto essas que estão sendo debatidas aqui. O que nós queríamos  
551 sugerir para apresentar na nossa próxima reunião da Câmara Temática de Meio  
552 Ambiente e Recursos Hídricos. Nós vamos pautar. Eu vou conversar com o

553 nosso presidente para pautar o que se está discutindo. Tem dezenas de  
554 entidades que têm debatido conosco discussões tão relevantes quanto essas. E  
555 também apresentar uma discussão acerca daquilo que pode vincular o debate  
556 sobre licenciamento com o debate que está relacionado à melhoria e à  
557 construção de uma política. Por fim, eu queria dizer que, em função de todo o  
558 debate que o Felipe apresentou, não é nada edificante nós não vemos a  
559 representação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais aqui, mesmo que ela  
560 tenha, neste momento, acento aqui na Câmara de Energia e Mudanças  
561 Climáticas.” Conselheiro Breno Aguiar de Paula: “Pensando no nosso dever de  
562 casa, naquele segundo compromisso de redução de carbono, você tem esse  
563 detalhamento rebatido para cada setor? O que significa para o setor de energia,  
564 para indústria, florestas plantadas.” Felipe Santos de Miranda Nunes, gerente da  
565 FEAM: “Nós temos o rebatimento das metas federais. A da indústria não entra  
566 de uma forma significativa. A questão é que nós encaramos a indústria, pelo  
567 menos aqui na nossa equipe, muito como uso da energia. Então, essa  
568 separação setorial é fundamental para se implementar uma agenda, mas não  
569 deve ser algo que te prenda. Então, a indústria, quando você trabalha uma  
570 agenda de promoção de energia renovável e eficiência energética, vai estar  
571 contribuindo, necessariamente, para aquela redução média per capita. A nossa  
572 proposta é fazer também uma vinculação desses programas de eficiência  
573 energética e de expansão de energia renovável no âmbito setorial. Trabalhar  
574 isso no âmbito setorial: residencial, comercial, industrial. Mas nós não inovamos  
575 isso em relação ao que o governo federal se propôs a fazer no campo da  
576 indústria.” Anderson Silva de Aguiar, subsecretário de Regularização  
577 Ambiental/SEMAD: “Repetidas vezes, nós acabamos entrando nesse assunto  
578 que é o licenciamento ambiental. Primeiramente, eu gostaria de agradecer as  
579 contribuições dos conselheiros sobre esse tocante. Eu gostaria também de  
580 ressaltar algumas experiências que nós temos em relação à avaliação dos  
581 municípios, dentro desse processo tanto de delegação de competência quanto  
582 da definição de impacto local, em que foram feitos vários exercícios, ensaios e  
583 simulações para atingir essa proposta, a qual eu convido os senhores a  
584 conhecer. Já está na internet, no site da SEMAD, na pauta da reunião da CNR  
585 que aconteceu na última sexta-feira, dia 27. O conteúdo está lá, e nós podemos  
586 disponibilizar maiores informações acerca desse assunto. E se necessário nós  
587 podemos fazer também um atendimento mais presencial, uma reunião para  
588 explicar como chegamos a esse produto que está sendo apresentado. Dentro  
589 dessas percepções que nós temos no município, nós conseguimos identificar,  
590 até com bastante facilidade, que o processo tanto de delegação da  
591 competência, que era do Estado, quanto da definição daquilo que é  
592 competência originária, o que exatamente se busca na proposta apresentada na  
593 CNR, isso cria um fomento municipal, primeiro, em seguir a agenda  
594 metodológica, a agenda normativa tanto do Estado quanto da União. O  
595 município, quando está aderido a essa política ligada à regularização ambiental,

596 leva em cascata todas as outras políticas também, sejam na educação  
597 ambiental, na educação não formal. Nós temos alguns exemplos de municípios  
598 que também têm os seus comitês de mudanças climáticas instalados e em  
599 funcionamento. Há algumas parcerias no sentido de criar áreas verdes, assim  
600 como parques, mesmo que tenham, inicialmente, a função recreativa, mas tem  
601 uma preservação ali. Outro plano que segue também dentro do fomento dessas  
602 estratégias é de arborização urbana, que vem sendo resgatado em relação a  
603 esses fomentos. Muitos desses municípios que já foram identificados têm uma  
604 estrutura já preexistente, ou seja, tem Secretaria de Meio Ambiente, já tem  
605 Conselho de Meio Ambiente, alguns deles têm legislação própria. Eles  
606 procuraram a SEMAD para terem a delegação da competência e já conseguem  
607 fazer o impacto local sem ter que ter nenhuma alteração da sua estrutura já  
608 existente. Isso quer dizer que, a partir do momento em que for definido o que é  
609 competência originária do município, aquilo que não precisar ter delegação,  
610 porque já tem a competência, isso vai ampliar a sua arrecadação, a sua receita  
611 municipal. E esse momento de crise se torna importantíssimo para o município,  
612 principalmente, aquele que já tem uma estrutura e que sente dificuldade,  
613 atualmente, de arcar com o compromisso da folha. Nós vemos essa realidade  
614 sendo retratada nos noticiários, aparecendo a todo momento na mídia. Outra  
615 proposta que é trazida do decreto que vem tratando da municipalização e da  
616 delegação de competência é a proposta de criar consórcios municipais para  
617 regularização ambiental. Entendemos que essa proposta de consórcios vai  
618 acontecer em algum momento, principalmente, quando for definida a  
619 competência originária. Porque os municípios querem trabalhar com  
620 desenvolvimento. E o desenvolvimento tem se dado. Os municípios que têm a  
621 delegação já há mais tempo. O desenvolvimento é acelerado quando o  
622 município detém essas atribuições. Então, essas propostas e esse esforço que  
623 é empreendido pelos dirigentes da SEMAD e toda a equipe técnica, de forma  
624 nenhuma é arbitrário ou colocado de uma maneira em que não houvesse um  
625 estudo muito grande. Na verdade, isso foi feito, é um trabalho que é o resgate  
626 de um grupo de trabalho que veio desde 2013 e que foi consolidado no período  
627 de quatro meses por integrantes do interior, das Secretarias diversas e também  
628 dos municípios que fazem parte hoje com funcionários que estão trabalhando na  
629 SEMAD. Para fazer o fechamento dessa minha fala, a promoção da  
630 regularização ambiental pelo município nós entendemos, através de todos esses  
631 exemplos que nós já temos identificados, que ele vai promover a qualidade  
632 ambiental desses municípios, além de fortalecer o município dentro da sua  
633 receita, dentro da sua arrecadação. E na maior parte deles sem que seja  
634 necessário mexer na sua infraestrutura já existente. E quando falei que convido  
635 os senhores a conhecer a proposta é porque nós temos lá a atuação supletiva  
636 do Estado para o município e a ação também subsidiária, de apoio financeiro,  
637 técnico, de capacitação. E a supletiva é o Estado assumir a ação quando o  
638 município não tem a estrutura para assumir aquela competência de imediato.

639 Mas é desejo de todos os municípios, pelo menos aqueles que nos chegaram,  
640 de ter essa competência originária definida e até ampliar para uma delegação  
641 de competência.” Conselheiro Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho: “Eu  
642 queria só fazer um fechamento, porque vemos que tem uma política pública  
643 sendo discutida. Nós sabemos da dificuldade que os empreendedores vêm  
644 passando no Estado com o licenciamento ambiental. Existe uma luz com a  
645 renovação da estrutura, da necessidade de agilizar. O Decreto que saiu nesta  
646 semana trouxe novos prazos ou talvez até referenda o que a lei de 2008 já  
647 tinha. Mas nós vemos pouca discussão de um ponto que eu acho extremamente  
648 importante para o empreendedor que está de fora, que é uma mescla da política  
649 com o que o Rogério falou aqui de segurança jurídica, para que a pessoa venha  
650 investir aqui: que é planejamento. Nós temos ferramentas excelentes aqui que  
651 poderiam ser aproveitadas, como o ZEE, Biodiversitas, os próprios  
652 licenciamentos ambientais, plano de manejo, uma série de estudos que  
653 enriquecem o nosso Estado, mas o que não vemos é planejamento. Então, os  
654 empreendedores, quando vêm, poderia estar sendo trabalhada alguma coisa  
655 que dissesse ‘essa área aqui tem uma aptidão, você tem um licenciamento  
656 simplificado, um licenciamento um pouco mais complexo’. Eu tenho certeza de  
657 que o empreendedor busca, na verdade, é essa certeza de que vai ter início,  
658 meio e fim. Talvez não tenha certeza se vai ter realmente viabilidade, mas que  
659 tenha, porque aí vai da questão técnica, vai da análise ambiental. Mas que pelo  
660 menos ele saiba onde está pisando. Porque hoje você começa no Estado com  
661 licenciamento ambiental recebendo um termo de referência padrão, e aquilo não  
662 quer dizer absolutamente nada. Quando se chega ao final do licenciamento,  
663 ‘não era bem assim, agora tem uma instrução normativa nova, aqui tem uma  
664 especificidade mais complicada’. E você fica o tempo inteiro tentando atender a  
665 essas questões, que poderiam ter sido vistas no início. Mas nós pecamos,  
666 porque não temos um planejamento e temos as ferramentas. Poderia se  
667 trabalhar com corredores ecológicos, poderia se trabalhar com os  
668 empreendedores. Aqui se falou uma coisa interessante, de áreas já voltadas  
669 para o reflorestamento. Ou seja, assim como podemos definir, ‘olha, o  
670 empreendedor vai instalar aqui e vai aplicar uma compensação aonde?’. Na  
671 área planejada de reflorestamento. Mas isso afasta, porque a pessoa chega e  
672 só ouve que é difícil, que levaram dez 10 anos ou que as coisas não terminam.  
673 Então, eu acho que é preciso o Estado começar a trabalhar, até porque já tem  
674 as ferramentas para isso, com um planejamento muito voltado para o  
675 desenvolvimento, muito voltado para a sustentabilidade. Porque eu acho que é a  
676 partir daí que nós temos um início correto. Tudo que não tem planejamento  
677 começa desse jeito e aí se trava porque é a disputa, é a discussão entre o que é  
678 sustentável e o que é desenvolvimento. Mas a nossa realidade hoje é uma  
679 realidade difícil, uma realidade de desemprego, de severa crise econômica.  
680 Então, precisa se conciliar isso. E a única forma que eu vejo de haver consenso  
681 entre meio ambiente e desenvolvimento é tendo uma discussão de



682 planejamento para que as pessoas possam partir sabendo aonde vão investir e  
683 o que têm que fazer para preservar ou para recuperar o que já foi perdido.  
684 Então, é só como uma última opinião.” Anderson Silva de Aguiar, subsecretário  
685 de Regularização Ambiental/SEMAD: “Dentro desse planejamento, hoje nós  
686 temos, até fruto dessa remodelagem, a Superintendência de Gestão Ambiental,  
687 e nós já criamos uma sala de cenários. O empreendedor deseja se instalar,  
688 apresenta a localização, e é feito todos os cenários da implantação do seu  
689 empreendimento. Ele faz uma pré-viabilidade daquele empreendimento naquele  
690 local. Isso é dirigido pela doutora Zuleika Torquetti, que trata desse assunto da  
691 SEMAD, e nós já temos alguns casos que já estamos fazendo junto com  
692 empreendedores. É claro que aqueles processos mais antigos não tiveram essa  
693 oportunidade, mas daqui para a frente nós temos essa possibilidade para o  
694 empreendedor poder utilizar. É um modelo parecido com o modelo da Cetesb,  
695 de criar a sala de cenários para implantação de empreendimento. Nós já temos  
696 alguns casos interessantes, que no futuro serão até apresentados. Isso é fruto  
697 da remodelagem, que concluímos em dezembro. E estamos começando o ano  
698 de 2017 com a casa arrumada, com a casa nova. Já estamos em execução  
699 dessa nova estratégia de regularização e de mudança, dessa reinvenção do  
700 licenciamento ambiental. E ainda nesse aspecto da remodelagem, foi criada  
701 também a Assessoria de Normas e Procedimentos, que está fazendo uma  
702 revisão de todas as edições de normas, procedimentos, orientações, informes  
703 que foram publicados nos últimos anos e que trazem também alguns entraves  
704 para o licenciamento ambiental. Algumas dessas informações ou normas ou  
705 procedimentos já estão defasados, não há aplicabilidade. Isso tudo vai ser  
706 revisto também, e começou agora no mês de janeiro. Então, resgatar a  
707 confiança tem um caminho ainda para percorrer. Mas eu convido a todos vocês  
708 para conhecerem essa nova estrutura da SEMAD.” **9) ENCERRAMENTO.** Não  
709 havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Rodrigo de Melo  
710 Teixeira declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

### APROVAÇÃO DA ATA

---

715 **Rodrigo de Melo Teixeira**  
716 **Presidente da Câmara Técnica Especializada**  
717 **de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas**